

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007441-78.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **JOSÉ JACINTO DE DEUS**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor José Jacinto de Deus propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 13.500,00, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 29/03/2014, descontando-se a importância já recebida administrativamente no valor de R\$ 1.687,50.

A ré, em contestação de folhas 23/52, pede a retificação do polo passivo para que passe a constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt SA. No mérito, requer a improcedência do pedido porque o autor não comprovou que as lesões sofridas são de natureza permanente. Sustenta que, em caso de condenação, o termo *a quo* da correção monetária deve ser a data da sentença, enquanto que os juros de mora são devidos a partir da citação.

Decisão saneadora de folhas 71/72.

Laudo pericial de folhas 87/92 .

A ré manifestou-se sobre o laudo pericial às folhas 96/103 e o autor às folhas 104/113.

Decisão de folhas 114 homologou o laudo pericial e encerrou a instrução.

A ré apresentou alegações finais às folhas 139/143 e o autor às folhas 144/154.

Relatei. Decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

A questão preliminar já foi afastada por meio de decisão saneadora de folhas 71/72.

No mérito, procede a causa de pedir.

Pretende o autor o recebimento da diferença da indenização do seguro DPVAT, já recebida administrativamente, no valor de R\$ 1.687,50 do total de R\$ 13.500,00, em razão das sequelas sofridas por ocasião do acidente de trânsito do qual foi vítima, que, segundo ele, resultou invalidez permanente.

O laudo pericial elaborado pelo IMESC, colacionado às folhas 87/92, concluiu que há comprometimento patrimonial físico estimado em 18,75% da tabela Susep (**confira folhas 90**).

Dessa maneira, o autor faz jus ao recebimento da quantia de R\$ 2.531,25 (um mil trezentos e cinquenta reais), a ser atualizada desde a data do acidente, acrescida de juros de mora a partir da citação, devendo ser excluído dessa quantia o valor já recebido administrativamente corrigido desde a data do pagamento.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.531,25, atualizada desde a data do acidente e acrescida de juros de mora desde a citação, excluindo-se o valor já recebido administrativamente corrigido desde a data do pagamento. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, a fim de não aviltar o exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de outubro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**